

## **O discurso do Empreendedorismo sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso**

**Carolina Vaz Santos.** Graduada em Ciências Econômicas– UNIFAL-MG  
**Fernando Batista Pereira.** Professor de Ciências Econômicas da Universidade  
Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

### RESUMO:

O objetivo deste artigo é discutir a disseminação do discurso sobre o “empreendedorismo” no contexto das relações de trabalho contemporâneas no Brasil, de forma acrítica e sem questionamentos, associando o tema ao desenvolvimento econômico e sucesso pessoal. Utilizou-se a Análise do Discurso Crítica, de Fairclough e Wodak, assim como análise de dados secundários sobre o tema mercado de trabalho brasileiro. Os resultados indicam que o processo de desindustrialização e financeirização da economia levaram a uma precarização do trabalho, fazendo com que o discurso do empreendedorismo emergisse, no bojo das reformas neoliberais das últimas décadas.

**PALAVRAS CHAVES:** empreendedorismo; análise do discurso crítica; financeirização; precarização do trabalho; Brasil.

Área temática: Economia

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos 1970, vivenciamos no mundo um processo de grandes transformações na economia global que atinge o mundo laboral de forma direta, resultado, de um lado, de acirramento da concorrência e desindustrialização - em particular das economias do Ocidente, inclusive dos países de latino-americanos de industrialização tardia – e de outro, do enfraquecimento da legislação trabalhista construída nas décadas anteriores. O resultado tem sido a ampliação da taxa de desemprego, em particular dos postos assalariados formais, e uma maior dependência de ocupações trabalhistas informais e precárias.

Em meio a esse processo, a demanda por um novo perfil de trabalhador e o discurso capitalista deram origem à propagação do *espírito empreendedor*. Para Oliveira, Mota e Aquino (2016) a nova ética empresarial do trabalho constrói a imagem do empreendedor como o herói provedor de desenvolvimento, e delega ao sujeito um poder autônomo e a responsabilidade de assumir individualmente a percepção de novos negócios.

O presente artigo tem como objetivo entender como o discurso empreendedor aparece em um contexto de precarização do mercado de trabalho brasileiro. Sendo assim o texto estuda o caráter precário das ocupações *empreendedoras*, em sua maior parcela informais, analisando como a Reforma Trabalhista de 2017 e a pandemia do coronavírus contribuíram para ampliação desse processo, difundindo cada vez mais a perspectiva empreendedora como o caminho para quem busca desenvolvimento e sucesso profissional.

Para entender este processo de construção da imagem dos sujeitos empreendedores e suas relações com a sociedade, será utilizado a Análise do Discurso Crítica (ADC), que se distingue de outras abordagens, principalmente pelo seu trânsito multidisciplinar. Com base na vertente teórico-metodológica da ADC, que aborda o estudo das linguagens nas sociedades contemporâneas, temos que a ADC provê base científica para questionamentos críticos da vida social em termos políticos e morais. Além do uso da ADC, o presente trabalho conta com a utilização de dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestral), do IBGE, a fim de contextualizar os dados recentes do mercado de trabalho brasileiro.

O artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução. A seguinte seção apresenta uma breve contextualização sobre o processo de financeirização da economia, a segunda seção aborda o mercado de trabalho brasileiro e o empreendedorismo. A terceira seção trata da metodologia utilizada, a quarta foca na aplicação da análise do discurso empreendedor, com base no quadro metodológico da Análise do Discurso Crítica (ADC) e, por fim, ao final do trabalho, os principais pontos do tema serão debatidos nas considerações finais.

## 2. CONTEXTO INTERNACIONAL DE ENFRAQUECIMENTO DO MERCADO DE TRABALHO EM CONTEXTO DE FINANCEIRIZAÇÃO (1970/80)

O regime de crescimento rápido, verificado durante o período do “anos dourados” (1945-1971) do pós-Segunda Guerra, começou a se desestruturar no início dos anos 1970 com o desmoronamento do sistema monetário internacional de Bretton Woods, fazendo nascer um conjunto das relações comerciais, produtivas, tecnológicas e financeiras que não resistiram ao próprio sucesso, segundo Plihon (1996). O enfraquecimento do dólar norte-americano e os choques do petróleo também foram cruciais para declinar o crescimento e acelerar a inflação, isto foi a emergência de um processo “estagflacionário”.

Com a queda no sistema Bretton Woods, é nos anos 1970 e 1980 que se iniciou o processo de financeirização e desregulamentação financeira que, pouco a pouco, foi acompanhado por ações políticas de promoção da desindustrialização dos países do Ocidente (incluindo a América Latina), movimento esse que foi seguido por políticas de desmonte do das instituições do Estado de Bem-Estar Social. É juntamente com esse processo que a indústria caminhou para os países do Oriente, com destaque para países do Leste Asiático. Conforme

Gonçalves e Coimbra: “De uma sociedade assente principalmente no sector primário e secundário, assiste-se à terciarização da economia ocidental, numa sociedade do conhecimento e da informação ao serviço da inovação” (GONÇALVES; COIMBRA, 2007, p.404).

No Ocidente e na América Latina, o esvaziamento do setor industrial gerou um contexto econômico novo, pautado na diminuição da classe operária tradicional, verificou-se também o florescimento sem precedentes do setor de serviços assente em contratos de trabalho instáveis e precários. Como coloca o autor Beck: “De uma sociedade marcadamente salarial, sinônimo de integração social e cidadania, passamos a uma sociedade de “risco”, alicerçada na imprevisibilidade, na flexibilidade, na globalização, na precariedade e no desemprego estrutural.” (BECK, 1999 p.123).

Attílio (2018) aborda que, em meio à queda da lucratividade do setor industrial, os agentes passaram a se voltar para a esfera financeira. O processo de acumulação financeira foi impulsionado por políticas de abertura dos mercados, como a liberalização e desregulamentação financeira. O Estado de Bem-Estar Social foi desarranjado pelo novo direcionamento de política econômica, que passou a enfatizar o individualismo, a propriedade privada e o cumprimento dos contratos, “foi a ascensão do Neoliberalismo” (HARVEY, 2005). Deslocou-se o processo de acumulação de capital do setor produtivo para o setor financeiro, - conhecido na literatura como processo de financeirização (EPSTEIN, 2001) - quando as práticas de especulação financeira se intensificaram, representando novas tensões na economia.

Uma importante mudança foi a maior influência exercida pelo mercado financeiro sobre as políticas dos Estados. Caso os governos não correspondam às expectativas do setor financeiro, o país pode sofrer abruptas saídas de capitais. Crises econômicas ocorreram em virtude desse traço, como foi o caso da crise asiática de 1997, segundo Krugman (2009), dentre tantas outras. Por consequência, o Estado perdeu autonomia no gerenciamento da economia doméstica; houve uma dissociação entre os interesses da população e do mercado financeiro. “Paradoxo: o governo é eleito por sua população, mas governa em prol dos mercados financeiros” (ATTÍLIO, 2017, p.8).

Na vida cotidiana, a financeirização influenciou nas finanças das famílias, com o desmantelamento das instituições que compunham o Estado de Bem-Estar Social, gerando assim recuo dos serviços sociais básicos, como a previdência, habitação e a educação. De acordo com (Harvey, 2005), essa tendência não se limitou apenas às áreas sociais: o consumo também foi financeirizado.

Assim, o cotidiano dos trabalhadores se financeirizou através dos empréstimos e/ou da posse de ativos financeiros, como por exemplo, fundos de pensão, seguros etc. como forma de manutenção de riqueza. Desta forma as instituições financeiras passaram a buscar novas formas de aumentar a rentabilidade, se enveredando pela totalidade da vida social. Nesse contexto, é perceptível que o crescimento do consumo das famílias se descolou da evolução da renda (basicamente salários), e se tornou cada vez mais dependente do endividamento, de forma que o endividamento das famílias se tornou crucial para a perspectiva de crescimento econômico (COUTINHO; BELLUZZO, 1996; MATOS, 2016). Assim os credores líquidos se apropriaram cada vez mais de frações significativas da valorização dos ativos reais e financeiros.

## 2.1 O fortalecimento do discurso contemporâneo do empreendedorismo

De acordo com Almeida (2018), o enfraquecimento do mercado de trabalho com base no assalariamento formal gerou uma situação de desprendimento coletivo, que representou, para estes trabalhadores, o fim de um modelo laboral estável para o qual foram socializados, o que criou tensões entre as suas práticas habituais e as novas práticas a que tiveram de se adaptar, com maior ou menor sucesso. A superação desta situação envolveu a procura ou criação de novos referenciais e a reestruturação dos seus campos sociais, segundo Almeida (2018).

Conforme dito, a desconstrução do Estado de Bem-Estar Social e o novo direcionamento de política econômica passou a enfatizar o individualismo. Além disso,

segundo Kovács (2005), a sociedade passou de um trabalho com um caráter formal e institucionalizado (protegido por legislação própria), para um tipo de trabalho instável, desinstitucionalizado e informalizado, que foi acompanhado pela crescente desresponsabilização do Estado na regulação do trabalho e das empresas, que passaram a transferir os custos da crise dos ciclos económicos para os trabalhadores.

É nesse contexto de desinstitucionalização e informalização do trabalho que o argumento do empreendedor ganha força e destaque. O empreendedorismo apresenta-se como a saída para a crise do emprego. Mas trata-se de uma saída que ressalta a lógica neoliberal enraizada na origem do problema, como destaca Campos (2016). Com um forte discurso pautado na liberdade e autonomia individual, a narrativa do empreendedorismo tem, por isso, um efeito político cada vez mais evidente: fazer com que cada um se sinta único responsável por sua situação.

Desembaraçados do contrato de trabalho, instilados de «espírito empreendedor» e munidos de conselhos para melhorar a nossa «empregabilidade», não é afinal um mundo de produtores autónomos o que temos pela frente, mas uma selva de exploração, de desigualdade e de desproteção social. Uma selva na qual o discurso do empreendedorismo se constitui como uma nova forma de dominação, tanto mais eficaz quanto mais incorporada na subjetividade e quanto mais capaz de nos fazer interiorizar a culpa pela nossa própria desgraça (CAMPOS, 2016, p. 10).

O espírito do capitalismo gera um repertório de explicações da realidade que toma a figura do executivo capitalista como matriz de conduta a ser disseminada pela sociedade inteira, baseada no investimento constante e exclusivo da vontade na produção da riqueza abstrata, segundo Costa, Barros e Martins (2012).

“Tal matriz prolonga e intensifica a obrigação do homem moderno de dedicar sua vida ao ganho, reduzindo os atributos dos indivíduos à dimensão do interesse e incorporando a lógica do capital como fundamento existencial mais importante” (SANTOS, 2007, p.34). Dentro desse pensamento, para que uma sociedade fundamentada em um mercado livre seja capaz de produzir mais riqueza, torna-se necessário a existência de indivíduos capazes de criar e aproveitar oportunidades, melhorar processos e inventar negócios. Nesse pensamento, segundo Costa, Barros e Martins (2012), quase todos os indivíduos podem ser empreendedores: o fundador de uma organização, o gerente, o líder que inova de uma organização, ou qualquer pessoa que tome<sup>1</sup> iniciativa estratégica dentro de uma organização.

A partir dessa ótica, para que uma sociedade possa potenciar todos os supostos benefícios provenientes de um mercado livre capitalista, necessita do espírito empreendedor gerador de inovação e de riquezas. Nesse sentido, nos dias de hoje a busca incessante do ganho é mais do que uma obrigação e o indivíduo passa a ser qualificado como o sujeito económico capitalista por excelência (LEMOS, 2005).

Inseridos nessa lógica, os empreendedores são concebidos como indivíduos que impulsionam a máquina capitalista, ao prover novos bens de consumo, além de métodos inovadores de produção e transporte, com a clara função social de identificar oportunidades e convertê-las em valores económicos. Logo, o empreendedorismo apresenta-se como fundamental para o desenvolvimento económico, potenciando lucros por intermédio de uma “visão” ou um “espírito” muitas vezes mais pessoal do que coletivo. Leite e Melo (2008, p. 36)

---

<sup>1</sup> É comum no meio corporativo o uso do termo “colaborador” que substitui o termo “empregado”, ou “funcionário”, transmitindo a impressão de que há um relacionamento próximo entre as partes, de confiança, eliminando a estrutura hierárquica existente dentro do ambiente de trabalho. O uso do termo “colaborador”, criando uma falsa sensação de simetria, visa elevar a moral dos indivíduos e também fica de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo mercado.

destacam que as atuais ferramentas organizacionais substituem os esquemas coletivos de segurança financeira, de saúde e profissionais percebidos como ‘antigos’ e o que passa a contar é “o indivíduo – suas realizações, seu capital social bem ampliado, pronto para ser usado profissionalmente, tanto no próprio trabalho, quanto para arrumar outros”.

Nesse contexto existe a crença de que os empreendedores estão gradativamente eliminando barreiras comerciais, e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade, de acordo com Costa, Barros e Martins (2012).

A constatação, crescente e perplexa, relaciona-se com o modo como a narrativa do empreendedorismo se espalha por quase todos os domínios da vida social, dos discursos sobre o emprego às condicionalidades impostas nas políticas sociais, aos currículos das escolas até as conversas do dia a dia. Segundo Campos (2016), o empreendedorismo é a palavra da moda e está em todo o lado. Seja nas políticas públicas nacionais, de forma obstinada no discurso dos governantes, na boca de dirigentes de organizações e projetos sociais, em iniciativas de associações de estudantes, nas reportagens das revistas, nas notícias dos jornais ou em programas de televisão, o empreendedorismo se faz fortemente presente. Podemos destacar também que cresceu nos últimos anos uma “indústria do empreendedorismo”, que trouxe consigo uma nova figura: aquilo a que Campos (2016) chama os “empreendedores de palco” – os vendedores de palestras, amparados em um discurso emocional, em estilo de autoajuda, de valorização do empreendedorismo.

O empreendedorismo, portanto, apresenta-se como a saída para a crise do emprego. De acordo com Campos (2010) o homem enfrenta a precarização do trabalho, a falta de postos de trabalho qualificados, redução dos salários e dos seus direitos. Sendo assim, empreender torna-se sua última saída, o que muitas vezes gera a sensação de uma falsa autonomia, visto que o trabalho é executado sob um rigor por resultados, marcado pelo desassalariamento e pela precariedade, no qual o tempo de trabalho investido continua sendo determinante.

Segundo Kovács (2005), a flexibilização das relações de trabalho foi resultado de fatores como: a globalização da economia, com a supremacia do capital financeiro sobre o trabalho; a expansão das tecnologias de informação e comunicação; a nova divisão internacional de trabalho; a preponderância da política econômica neoliberal; a reestruturação das empresas na lógica da racionalização flexível, bem como o desequilíbrio de forças no mercado de trabalho e nas relações laborais.

Tendo em vista os assuntos tratados anteriormente, relativos à precarização do trabalho e o empreendedorismo como saída para o desemprego, a próxima seção analisa o mercado de trabalho brasileiro para melhor contextualizar a influência do empreendedorismo no mesmo.

### **3. O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E O EMPREENDEDORISMO NO PERÍODO 2015 A 2021**

De 1999 a 2005, o regime de política macroeconômico que prevalecia no Brasil era segundo Oreiro e Paula (2021) o "tripé econômico" constituído de metas de inflação, metas de geração de superávit primário e flutuação relativa da taxa de câmbio, medidas essas que levaram a um crescimento menor ao observado no período anterior de 1990 a 1999, o que aumentou os índices de trabalhadores informais.

É em 2006 que se inicia um processo de flexibilização do tripé econômico, processo esse que vai até 2008. O chamado tripé flexibilizado teve uma performance claramente melhor que o anterior, segundo Oreiro e Paula (2021), assim os níveis de trabalho informal durante esse curto período de tempo se mantiveram estáveis, aumentando pouco a pouco nos anos seguintes de 2008 a 2013, sendo o ano de 2014 um ano crucial na qual a situação se passou a se tornar mais crítica, com destaque para 2017 quando 40,8% de toda a população ocupada passou a trabalhar sem carteira assinada (PNAD/2017), segundo Manzano e Caldeira (2018),

processo esse se estendeu até 2019 se intensificando no começo de 2020 com a crise sanitária e econômica gerada pela Covid-19.

Antecedendo a análise, a partir do último semestre de 2015, é importante relembrar a situação econômica que se viveu no país até 2014. Filgueiras (2019) aponta que, em razão das políticas adotadas e da dinâmica da economia mundial favorável, no período entre 2003 e 2014, os postos de trabalho formal aumentaram em cerca de 21 milhões. Durante esse período de 11 anos houve um incremento da ocupação, da formalização, a redução da desocupação, tendo no período observado a menor taxa na série histórica, além de crescimento dos ganhos salariais.

Oreiro e Paula (2021) colocam que no ano de 2013 iniciou-se uma forte desaceleração do ritmo de crescimento do PIB real, que até então apresentava taxas de crescimento positivas, mas é no início do segundo trimestre de 2014 que começa a mais profunda e duradoura queda do nível da atividade econômica, desde o término da Segunda Guerra Mundial. Nos anos subsequentes 2015 e 2016 o ritmo de queda do nível de atividade aprofundou-se, gerando uma grande contração do PIB e dos níveis de emprego.

A reforma trabalhista aprovada no parlamento brasileiro em 2017 foi em grande parte formulada pelos corpos técnicos de diferentes entidades patronais e instituições financeiras; com a justificativa de que a reforma contribuiria para reduzir a “excessiva” rigidez do mercado de trabalho nacional, aumentando a produtividade das empresas, reduzindo os custos laborais, e assim contribuindo para o crescimento do emprego e, por conseguinte, para a reversão do quadro de degradação do mercado de trabalho brasileiro que era observado nos anos anteriores, segundo Manzano e Caldeira (2018).

De acordo com Krein e Manzano (2021), a onda de reformas laborais que se verifica no mundo desde a crise financeira internacional de 2008 disseminou em escala global mudanças nos padrões de regulação do trabalho e de proteção social. Os resultados das promessas que embasaram essas iniciativas são, no mínimo, controversos, especialmente no que se refere ao combate ao desemprego. Essas iniciativas mais profundas são comumente identificadas como reformas trabalhistas, fundamenta-se em um conjunto de argumentos econômicos simplistas e de fácil aderência que goza de amplo respaldo de determinadas teorias da chamada corrente dominante do pensamento econômico.

O caso brasileiro não foi diferente, segundo Krein e Manzano (2021), as forças políticas e econômicas que defenderam e conseguiram aprovar a reforma trabalhista em novembro de 2017, apoiavam-se estritamente em argumentos econômicos da mesma linhagem. Ainda nos primeiros momentos de perda de dinamismo da economia brasileira, no início da segunda década do século, denunciavam a obsolescência do marco legal trabalhista tendo a CLT como um dos fatores determinantes da atrofia produtiva que se desenvolvia. Nesse âmbito, a reforma operou a flexibilização de contratos de trabalho formalizados, em um movimento que incitou trabalhadores (antes CLT) para a abertura de conta Pessoa Jurídica (conhecido como “pejotização”) – em alguns casos, como Micro-Empreendedor Individual (MEI) –, de modo que a prestação dos mesmos serviços (ao mesmo empregador) passou a equivaler a menores direitos trabalhistas (LIMA-SOUZA; MOTA-SANTOS; CARVALHO NETO, 2021).

Em caminho oposto ao dos argumentos favoráveis à reforma trabalhista, o balanço de três anos de sua implementação indicou uma economia estagnada. Conforme assinala Manzano (2020), o que se tem, anos após a implementação, são investimentos não concretizados, taxas elevadas de desemprego e informalidade em alta. Constatou-se, portanto, que a flexibilização da legislação do trabalho não foi capaz de contornar a falta de dinamismo econômico, bem como acentuou ainda mais as disparidades no mercado de trabalho.

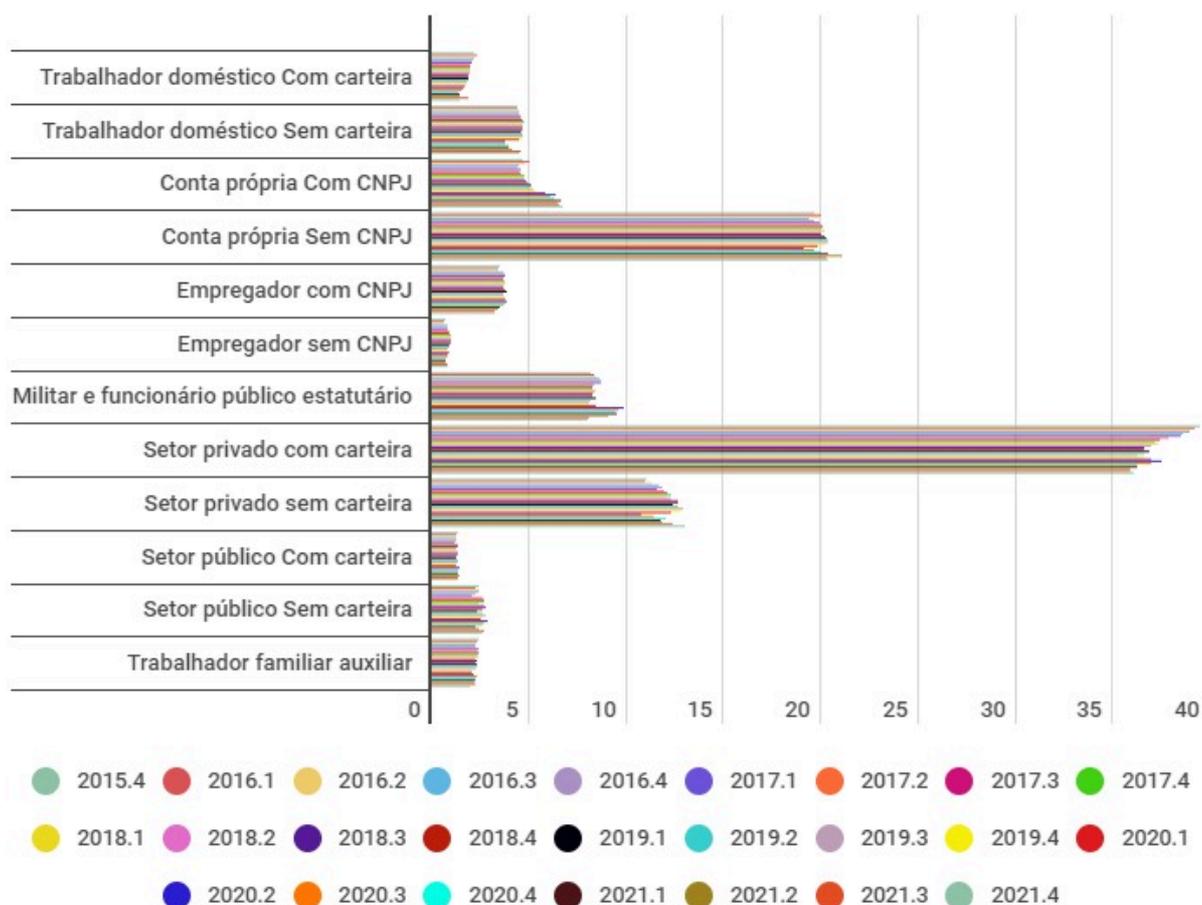


Figura 1: Distribuição de pessoas ocupadas por categorias no período 2015-4 a 2021.4 segundo dados da PNAD (%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua Trimestral (IBGE) a partir do Stata 12.

Para ilustrar o cenário recente do mercado de trabalho brasileiro, foi elaborado (Figura 1) um gráfico com dados da PNAD Contínua Trimestral (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestral), do IBGE para o período entre 2015.4 e 2021.4. O IBGE agrupa a inserção das pessoas ocupadas em 12 posições: empregado setor privado com carteira, empregado no setor privado sem carteira, trabalho doméstico com e sem carteira; empregado no setor público com e sem carteira; militar e funcionário público estatutário; empregador com e sem CNPJ; trabalho por conta própria com e sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

A análise concentra-se na comparação entre trajetórias de ocupações de maior qualidade e estabilidade (empregado setor privado com carteira; empregado no setor público com e sem carteira) e das práticas empreendedoras (trabalho por conta própria com e sem CNPJ; empregadores com e sem CNPJ).

Para contextualizar, o trabalhador do setor privado, que presta serviço a alguma empresa, pode atuar com e sem carteira assinada. Os trabalhadores que atuam com carteira assinada estão protegidos pela legislação trabalhista vigente para que os contratos sejam justos e não ultrapassem determinados limites, que visam justamente a preservação da saúde física e mental dos trabalhadores. A carteira de trabalho permite que os trabalhadores tenham direitos como: férias remuneradas, 13º salário, direitos concedidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O trabalhador com registro em carteira conta com proteção social, como seguro-desemprego, auxílio-doença, salário-família, salário-maternidade e aposentadoria. Aqueles que são contratados sem vínculo empregatício não realizam o recolhimento do Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço (FGTS) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e também não estão protegidos pelas previsões existentes em norma coletiva.

O emprego público é exercido por um servidor estatutário, que é disciplinado por um estatuto próprio, e a forma de ingresso no serviço público se dá com a aprovação em concurso público. O regime de contratação de um funcionário público pode ocorrer de duas formas: o ocupante de cargo público efetivo é subordinado ao seu respectivo estatuto e tem estabilidade, regime do Estado, o ocupante de emprego público é regulado pela conhecida CLT, Consolidação das Leis Trabalhista, e não possui garantia de estabilidade.

O trabalhador conta própria (autônomo), foco deste trabalho, é aquele que exerce sua atividade profissional sem vínculo empregatício, por conta própria e com assunção de seus próprios riscos. A prestação de serviços pode ser não só de forma eventual, mas também habitual, o trabalhador autônomo pode apresentar CNPJ, importante para o profissional emitir nota fiscal pelo serviço prestado a uma empresa, o que, em tese, sinaliza um posto de qualidade superior, relativamente aos sem CNPJ. Trabalhador conta própria sem CNPJ, em contrapartida, está associado a práticas totalmente precárias ou ilegais.

Outra figura importante do presente trabalho é o empregador com e sem CNPJ, se trata daqueles que contratam trabalhadores aos seus serviços de forma remunerada, e tendo em contrapartida deste a prestação de trabalho. O empregador pode ser pessoa física ou pessoa jurídica. Os empregadores com CNPJ apresentam um número designado pela Receita Federal na abertura da empresa para identificar o negócio nos mais diversos tipos de atividades, como a emissão de notas fiscais ou o pagamento dos impostos, representando, portanto, o empreendedorismo em sua melhor qualidade. Empregadores sem CNPJ tendem a ser relacionados a micro e pequenos empreendimentos familiares informais e pouco dinâmicos.

O empregado doméstico é aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, esse tipo de profissional pode apresentar carteira assinada ou não. Quando esse serviço é prestado três vezes na semana ou mais, o mesmo deve ter a carteira assinada, já que atende a todos os critérios legais.

Conforme é possível visualizar na Figura 1, a partir do quarto trimestre de 2015 iniciou-se um período de avanço da precarização do trabalho. É em meados de 2016 que os efeitos da crise de desaceleração da economia brasileira, iniciada em 2014, se tornam mais visíveis no mercado de trabalho, ano que conjugou a crise política e econômica em 2015 e 2016. Podemos observar que no ano de 2015.4 as taxas de trabalho do setor privado com carteira assinada foram de 39,4%, finalizando o ano de 2016 com 38,6%, uma queda de aproximadamente 2%.

É nesse cenário de recessão econômica e degradação do trabalho que o argumento da reforma trabalhista ganha força. A reforma vem na esteira de um fenômeno mundial, no qual o capital financeiro passa a assumir uma agenda de retroação de sistemas protetivos do trabalho com vistas a retomar de forma plena o controle sobre o trabalho, seguindo os caminhos da ordem mundial implantada, que adotava a bandeira da flexibilização de contratos de trabalho, da desregulamentação laboral e da responsabilização individual pelo desemprego, como abordado na primeira seção (LÚCIO, 2018; LIMA-SOUZA; MOTA-SANTOS; CARVALHO NETO, 2021).

Os dados sobre a composição da população ocupada mostram que o período que sucedeu a reforma trabalhista, especialmente 2018 e 2019, foram marcados por uma queda na participação do emprego no setor privado com carteira, que em 2017.4 foi de 37,1% para 36,6% em 2018.4. Em contrapartida, se observa é um aumento de participação de empregados sem carteira do setor privado, que aumentou 3,0%, quando comparamos o último trimestre de 2017 com 2018, taxa que seguiu aumentando em 2019.

A taxa de empregador com CNPJ sofreu uma pequena elevação, de 3,5%, em 2015.4, para 3,8% em 2019.4 Empregador sem CNPJ passou de 0,7 para 0,8% no mesmo período.

O volume de trabalhadores por conta própria sem carteira assinada sofreu um aumento após reforma trabalhista, saindo de 20,0% em 2017.4 para 20,3% no último trimestre de 2018

com 20,3%. Manzano (2020) acentua que a reforma trabalhista de 2017, que tinha como um dos seus objetivos legalizar práticas irregulares, não alterou essas formas de contratação, que seguiram impermeáveis a esses processos de mudanças, o que é possível observar nos anos de 2018 e 2019. No caso dos conta própria com carteira, os números foram 4,8% e 5,0%.

No final de 2019, começaram a surgir as primeiras ocorrências de Covid-19 na China, que veio se tornar uma pandemia. Além das consequências para os sistemas de saúde do mundo, da alteração quanto à circulação de pessoas nos âmbitos local, nacional e internacional, a pandemia provocou mudanças na dinâmica econômica e transformações substantivas no mundo do trabalho. É claro deduzir que a crise e a deterioração do mercado de trabalho brasileiro antecedem a pandemia da Covid-19, mas se aprofundam exponencialmente. Teixeira e Borsari (2020) destacam que em 2020 houve um movimento de desaceleração da economia mundial em curso, entretanto, essa desaceleração já estava prevista pelo Banco Central em menor escala.

A crise sanitária potencializou a fragilidade do mercado de trabalho que vinha em franco processo de deterioração desde 2016. Atingiu de forma contundente e de diversas maneiras a classe trabalhadora, os níveis gerais de emprego reduziram com as medidas de distanciamento; diversos comércios fecharam, fábricas pararam de produzir e muitos passaram a trabalhar de casa. Segundo Teixeira e Borsari (2020) a desocupação e a precariedade, dos empregados dos setores público e privado aos informais, aumentou drasticamente.

O biênio 2020-2021 foi marcado não só pela redução das taxas de trabalhadores do setor privado com carteira assinada, que foram de 36,6% em 2019.4 para 36,2% em 2020.4, e 36,0% em 2021.4; mas sua característica principal foi o aumento dos trabalhadores por conta própria com e sem CNPJ, que elevou, respectivamente, de 5,3% para 6,7%, e de 20,2% para 20,4%, no intervalo 2019.4-2021.4.

O resumo dessa trajetória de desestruturação do mercado de trabalho está presente na Figura 2, que reúne o percentual do mercado de trabalho nas seguintes categorias: i) empregado do setor privado com carteira de trabalho assinada; ii) conta própria com CNPJ e; iii) conta própria sem CNPJ. Como é possível visualizar, há uma clara tendência de queda de (i), apontando para maior instabilidade do trabalho. Parte dessa perda foi compensada pelo aumento de (ii), enquanto (iii) permanece relativamente mais estável ao longo do período.

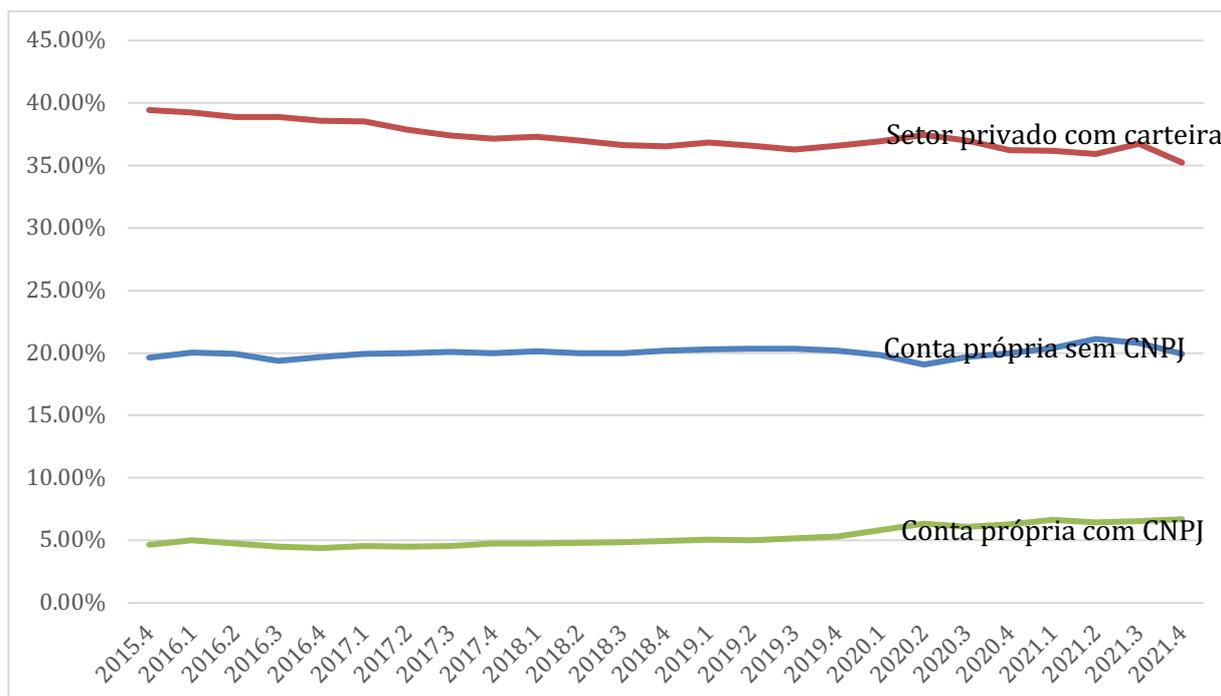


Figura 2: Evolução temporal das categorias assalariados do setor privado com carteira assinada e trabalho por conta própria (com e sem CNPJ) no período de 2015.4 a 2021.4 (%)

Fonte: elaboração própria com microdados da PNAD Trimestral Contínua/IBGE.

A partir desses indicadores é possível concluir que a precarização do trabalho assume grande importância, articulando-se e acentuando-se com a pandemia, em todas as suas dimensões. A economia informal, segundo Araújo e Brandão (2021), se apresenta como uma esfera do trabalho moderno, visto que parte dos trabalhadores não conseguem se inserir no mercado de trabalho, e logo esta se torna uma solução para o desemprego. O discurso de autonomia agregada a essa prática aparece para acobertar sua funcionalidade para o sistema, tendo em vista que para o capital as formas de trabalho cada vez menos estáveis são extremamente úteis para a sua reprodução.

Dessa forma, a informalidade se apresenta muito mais como um empreendimento de pequenas ou microempresas do que trabalho, o que rende maiores lucros para o capital ao economizar gastos com a legalização da força de trabalho. Esse novo caráter da informalidade, produto da flexibilização do trabalho, se traduz como uma relação de igualdade na sociedade, como parte de relações comerciais normais pertencentes ao mundo do trabalho que obscurece as relações de exploração. (ARAÚJO e BRANDÃO, 2021 p. 104)

A respeito da informalidade, Tavares (2002) considera a mesma como parte do processo produtivo capitalista ou como decorrência de processos recentes de terceirização. Para a autora, os mecanismos de flexibilização proporcionam ao capital transformações nas relações formais em informais, o que ocasiona a deslocalização do trabalho. A deslocalização, para a autora, se trata da independência que gera no trabalhador a ilusão de autonomia por não estar dentro de uma empresa, submetido a uma vigilância direta do empregador.

A deslocalização, na realidade, trata-se de uma falsa autonomia, na medida que o trabalho é executado sob um rigor por resultados, marcado pelo desassalariamento e pela precariedade, em que o tempo de trabalho socialmente necessário continua sendo determinante.

“Sendo assim, o objetivo do capital é que o trabalhador produza mais-valia, ou seja, que sua produção contenha o máximo de trabalho não-pago.” (TAVARES, 2002 p.12)

É no contexto da precarização do trabalho que os argumentos ligados ao empreendedorismo ganham força. A reprodução de determinados discursos sob a lógica de mercado acaba por naturalizar fenômenos históricos, tais como “o jeito de ser empreendedor”. A atividade empreendedora, segundo Oliveira, Mota e Aquino (2016), na maior parte das vezes é a promessa de desenvolvimento, sucesso e melhoria da qualidade de vida, mas ao mesmo tempo reforça a fragilização dos vínculos constituídos na sociedade salarial, gerando, com isso, um fortalecimento do processo de precarização laboral.

Oliveira, Mota e Aquino (2016) afirmam que algumas modalidades de empreendedorismo, na realidade, configuram-se em novas formas de precarização do trabalho e na atualização de antigas formas de exploração emergentes no contexto ampliado da globalização, se trata de uma fuga do modelo opressor em busca de autonomia, e acaba sendo reprodutora de novas e antigas modalidades de precarização do trabalho:

Nesse sentido, se por um lado, temos o discurso do capital do “faça seu próprio negócio” ou “seja seu próprio patrão”, haveria, por outro lado, uma fuga da consequente exclusão do mercado de trabalho e uma imersão nos processos de trabalho precarizado, não vinculados apenas às organizações empresariais, mas gerados pelo próprio indivíduo, que deve assumir seus bônus e ônus. (OLIVEIRA, MOTA e AQUINO, 2016 p. 224)

Os processos de precarização podem se disseminar tanto nos casos de empreendedorismo por necessidade como por oportunidade. Em alguns casos os sujeitos que empreendem, principalmente por necessidade, podem acabar inclusos dentro de um mesmo processo de degradação do trabalho. Isso porque eles se enquadram em um cenário de trabalho sem garantias e direitos estabelecidos, de acordo com Oliveira, Mota e Aquino (2016):

Neste contexto, o ingresso no setor informal e a atividade empreendedora, sem excluir a vinculação de ambos, surgem como alternativas possíveis, mas não únicas, ao concorrido e reduzido mercado de trabalho formal. Não nos faltam biografias de empreendedores de sucesso para inspiração, entretanto, nos são raras as informações das realidades diversas e precarizadas que o trabalhador encontra tomando esse caminho e seguindo um discurso pautado no individualismo e na competição, subordinando o conhecimento “crítico” ao ethos empresarial.” Quando se privilegia o discurso do êxito em detrimento ao de fracasso, nitidamente busca-se a reverberação ideológica de uma forma única de viabilizá-lo.(OLIVEIRA; MOTA; AQUINO, 2016 p. 225)

O modelo do sujeito de ideias brilhantes, apaixonado pelo desafio da competitividade e pelo desejo de vencer, competente, dotado de visão estratégica, trabalhador incansável, proativo que vislumbra o futuro e alavanca a economia, está atrelado à ideia de precarização laboral. De acordo com Oliveira, Mota e Aquino (2016) a noção do empreendedorismo, que surge de fato da necessidade de produção de emprego e renda, acaba tendo como função a criação de subsídios para a construção do ambiente cultural e ideológico apropriado a uma nova Era do Capital, adaptando-se à manutenção de situações precárias e informais de trabalho.

#### **4. QUADRO METODOLÓGICO DA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA (ADC)**

Como afirmado anteriormente, o presente trabalho se inscreve no campo da Análise de Discurso Crítica (ADC), basicamente a ideia é que...

Hoje, os indivíduos que trabalham em uma variedade de disciplinas começam a reconhecer os modos como as mudanças no uso linguístico estão ligados a processos culturais reais amplos e, conseqüentemente, a considerar a importância do uso da análise linguística como um método para estudar a mudança social. (FAIRCLOUGH, 2001, p.11)

Como coloca Santos (2021), a ADC teve seus primeiros no ano de 1960, quando a perspectiva estruturalista da linguagem, que tratava a língua como um conjunto de elementos inter-relacionados e coesos que funcionam a partir de regras, passou a ser questionada pelos estudiosos:

O termo Critical Discourse Analysis, traduzido no Brasil tanto como Análise Crítica do Discurso, quanto Análise de Discurso Crítica, embora tenha sido primeiramente utilizado em 1985 por Norman Fairclough no Journal of Pragmatics, passou a ser considerado como linha de pesquisa somente após a publicação da revista Discourse and Society, por Van Dijk, em 1990. (GUIMARÃES, 2012 p.439)

A Análise do Discurso Crítica foi se consolidar na década de 90, sendo desenvolvida por linguistas como Norman Fairclough, Ruth Wodak, Teun van Dijk e outros. “Desta forma, a ACD é composta por teorias heterogêneas. A diversidade de abordagens a constituírem a ACD se explicita no teor dos trabalhos de cada analista.” (GUIMARÃES, 2012, p. 439).

A ADC se trata de um campo inter e transdisciplinar, ou seja, a linguagem não se limita ao seu conteúdo disciplinar mas dialoga com todos os campos do saber. “Oferecer à ciência social um olhar sobre o papel da linguagem e, simultaneamente, contribuir para a análise linguística com um parâmetro da análise social.” (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018, p. 13).

A ADC tem o objetivo de “[...]investigar a linguagem em uso, situando-a em um contexto específico, bem como os resultados dessas ações e dos discursos que sustentam e moldam as práticas.” (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018, p. 8).

O que orienta a ACD segundo Santos (2021) é a ideia de que a linguagem é constituída por práticas sociais, que revelam a manutenção das relações de abuso de poder, além disso a ADC estuda a importância da linguagem como agente de manutenção e mudança das relações sociais de poder e de que maneira é possível elevar a consciência de que a linguagem contribui para a dominação de um indivíduo sobre o outro, o que permite uma futura emancipação dessa relação.

A ADC busca superar os limites da linguística estrutural, propondo o estudo da linguagem e articulação em três níveis: nível linguístico, discursivo e ideológico cultural. O linguista Fairclough (2001) direcionou seus estudos às dimensões discursivas da mudança social, assim o mesmo propôs a Teoria Social do Discurso, na qual apresentou uma concepção de linguagem e um quadro analítico construídos a partir do conceito de prática social.

Essa concepção da língua tem como ponto de partida que a linguagem não se trata apenas de uma forma de representação do mundo, mas também de ação sobre o mundo e sobre o outro. Dentro de sua proposta teórica, o autor acredita que o discurso pode ser visto em três dimensões: prática linguística, prática discursiva e prática social. O termo “discurso”, segundo Fairclough, deve ser entendido, como:

O uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. (FAIRCLOUGH, 2001, p.90)

A prática discursiva, segundo Santos (2021), é o uso da linguagem envolvendo processos de produção, distribuição e consumo dos textos, que estão relacionados a ambientes políticos, econômicos e institucionais. A natureza da prática discursiva varia entre os diferentes tipos de discurso e de acordo com os fatores sociais circundados, sendo mediadora entre os textos e as práticas sociais.

Quando falamos da terceira dimensão que entende o discurso como prática social, ou seja, os aspectos ideológicos e hegemônicos na instância discursiva analisada. Fairclough (2001), coloca o conceito de discurso ao qual se relacionam “ideologia” e “poder”, localizando o discurso numa perspectiva de poder como “hegemonia” e de evolução das relações de poder como luta hegemônica. As orientações da prática social são observadas já que podem ter orientações e motivações econômicas, políticas, ideológicas e culturais, procurando investigar como os textos se inserem em focos de lutas hegemônicas, colaborando na articulação, desarticulação e rearticulação de ideologias.

O método tridimensional de análise de discurso realiza uma interpretação das relações entre os processos sociais e os processos discursivos. As três dimensões de análise do discurso têm a finalidade teórica voltada para o lado social da linguagem, com todas as implicações políticas que podem fazer da língua uma arma ideológica. Foucault (1980) aborda como o poder é organizado como uma rede, na qual os sujeitos são “alvos que consentem” e podem ser ao mesmo tempo, “elementos de sua articulação”.

O filósofo busca maneiras de explicitar essas manifestações de poder, e coloca que estas aparecem nas escolas, prisões e hospitais. Além disso, Foucault considera que o poder não é apenas uma estratégia dependente, pois “[...] não há relação de poder sem resistência.” (FOUCAULT, 1980, p. 142).

Wodak (2001, p. 2) aborda em seus trabalhos que a dimensão crítica relaciona a ADC com uma preocupação com o exercício de poder nas relações sociais, o que inclui as relações de raça, etnia, gênero e classe social. Hoje a ADC se refere a abordagem da linguística adotada pelos especialistas que tomam o texto como unidade básica do discurso e da comunicação e que se preocupam com a análise das relações de luta e conflito social.

No livro *Discurso e mudança social*, Fairclough (2001), afirma que o conceito de discurso deve ser discutido em sua relação com a ideologia e “em uma concepção de poder como hegemonia e em uma concepção da evolução das relações de poder como luta hegemônica.” O linguista entende que as ideologias são construções da realidade, constituídas de formas e sentidos das práticas discursivas que contribuem para “[...] produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”.

Fairclough (2001) afirma ainda que a ideologia trabalha a linguagem em variados níveis e de várias maneiras, não havendo nenhuma que parece totalmente satisfatória, mas aquelas que se adequam melhor às situações. “A “ideologia” está localizada tanto nas estruturas (isto é, ordens de discurso) que constituem o resultado de eventos passados como nas condições, para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 119).

Thompson (1984) apud Santos (2021) coloca que determinados usos da linguagem e de outras “formas simbólicas” são ideológicas. Logo servem em situações específicas para estabelecer ou manter as relações de poder. As ideologias quando introduzidas nas práticas

discursivas se tornam extremamente eficazes, quando são naturalizadas e atingem a condição de “senso comum”.

Quando relacionamos as relações de poder e ideologia com as práticas discursivas, a hegemonia se torna peça chave nessa relação. Segundo Fairclough (2001, p. 122:

Hegemonia é a liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio instável.

Fairclough (2001) esclarece em seus textos que o conceito de hegemonia permite analisar a prática social a qual pertence o discurso em termos de relação de poder, ou seja, como essas relações se reproduzem.

As práticas discursivas são utilizadas como objeto de transformação do poder e das ideologias hegemônicas, estabelecendo uma liderança. A tentativa de instituir uma hegemonia de poder aparece muito em discursos políticos, onde a “rearticulação discursiva materializa um projeto hegemônico para a constituição de uma nova base e agenda política, que é uma faceta do projeto político mais amplo de reestruturação da hegemonia do bloco.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 124).

Blommaert e Bulcaen (2000) entendem que a relação entre igualdade e poder é nitidamente objeto de análise da ADC. A narrativa da história de um grupo reproduz traços de relações passadas entre hegemonismo político, ideológico, cognitivo e econômico. Assim a variedade linguística está ligada às hierarquias de poder, e a identidade de grupos dominantes “[...] este trabalho enquadra a história da linguagem na sociedade em termos materiais e a tendência de misturar observações políticas e sociais em grande escala com análises detalhadas de práticas linguísticas-comunicativas.” (BLOMMAERT; BULCAEN, 2000, p. 458).

Segundo Santos (2021), na dimensão da prática linguística, o discurso é abordado enquanto texto, ou seja, a linguagem característica e organização de instâncias concretas do discurso, escolhas e padrões no vocabulário, gramática, coesão e esta coesão realiza a ligação entre as frases, através de mecanismos de referência, palavras de mesmo campo semântico e conjunções. A estrutura textual refere-se às propriedades organizacionais do texto, às maneiras e à ordem em que elementos são combinados.

Fairclough (2001) acredita que o discurso é simultaneamente um texto linguístico, oral ou escrito, uma prática discursiva, ou seja, produção e interpretação de texto e uma prática sociocultural. Assim esboça uma estrutura tridimensional para conceber e analisar o discurso.

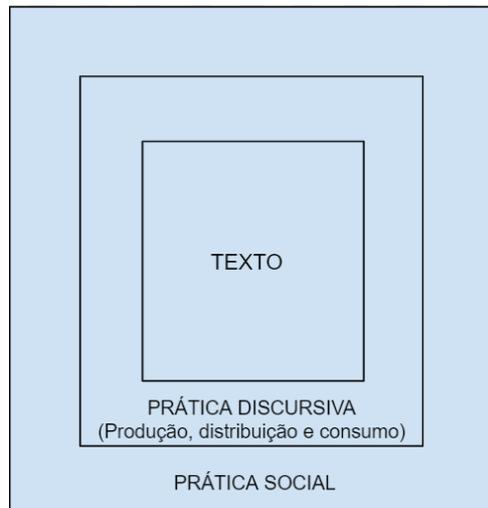


Figura 3: Concepção tridimensional do discurso em Fairclough.  
 Fonte: Fairclough (2001).

## 5. ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA (ADC) APLICADA

Como dito anteriormente, serão feitas análises de Análise do Discurso Crítica (ADC), buscando entender como o argumento de valorização do empreendedorismo individual, contribui para a criação da imagem do ser empreendedor como um "herói" que impulsiona o capitalismo, promovendo inovações na produção no transporte, além da a criação de novos bens de consumo e serviços, sendo esta uma figura fundamental para o desenvolvimento econômico, como coloca Leite e Melo (2008)

Schumpeter (1997), em *Teoria do desenvolvimento econômico* (original de 1911), retoma o conceito de *entrepreneur* (empreendedor) e realiza uma distinção desse indivíduo para o capitalista, ou "administrador comum", visto que empreendedor é aquele que produz inovação e novas combinações. Na época do economista Schumpeter, esse indivíduo estava associado ao trabalho agrícola, nos dias de hoje o empreendedor está ligado a novas tecnologias e internet.

As mudanças no funcionamento da *sociedade disciplinar* vivida do nos séculos XVII e XIX a uma sociedade de controle que se estabelece em XX, segundo Michel Foucault (2007), marca a ruptura de uma sociedade da disciplina, cravada em regras, horários, espaços para uma realidade mais flexível, inovadora, móvel, tudo que o capitalismo contemporâneo necessita para seu funcionamento.

Ao estudar o funcionamento do poder nas sociedades modernas, Foucault afirma que procedimentos disciplinares já existiam há muito tempo nos conventos, no exército e nas oficinas. "Mas as disciplinas se tornaram no decorrer do século XVII e XVIII formas gerais de dominação" (FOUCAULT, 1999, p. 108). Para o autor elas seriam uma sofisticação da tecnologia conventual monástica que, apesar de implicar a obediência a um superior, tinha como objetivo principal o aumento do autodomínio, esse tipo de sociedade foi nomeada por ele sociedade disciplinar.

A passagem das *sociedades disciplinares*, analisadas por Foucault (1999), para as ditas *sociedades de controle*, iniciou-se nos anos 1970. O próprio Foucault já visualizava a crise dos dispositivos disciplinares na sua tarefa de manter o poder nos países industrializados e percebia a abertura das forças sociais à composição de outros meios de gerenciamento do poder.

Em uma conferência em 1978, Foucault argumentou: "Nesses últimos anos, a sociedade mudou e os indivíduos também; eles são cada vez mais diversos, diferentes e independentes. Há cada vez mais categorias de pessoas que não estão submetidas à disciplina, de tal forma que

somos obrigados a pensar o desenvolvimento de uma sociedade sem disciplina.” Teríamos uma sociedade, onde o controle desenvolve estratégias cada vez menos visíveis e materiais e cada vez mais sutis e imateriais, sociedades essas nomeadas por Foucault como *sociedades de controle*:

Hoje, o controle é menos severo e mais refinado, sem ser, contudo, menos aterrorizador. Durante todo o percurso de nossa vida, todos nós somos capturados em diversos sistemas autoritários; logo no início na escola, depois em nosso trabalho e até em nosso lazer. (FOUCAULT, 1999, p. 111)

Nas análises sobre a *sociedade disciplinar*, Foucault (1999) tornava clara a dupla articulação que se tecia entre as exigências de um modo de produção capitalista do tipo industrial em desenvolvimento e as novas formas de apropriação corporais e incorporais necessárias para compor essa ordem econômica e social. A chamada *sociedade de controle* é um passo à frente da sociedade disciplinar. Não que esta tenha deixado de existir, mas foi expandida para o campo social de produção.

Segundo Foucault (1999), a obediência, quando falamos de uma sociedade de controle, é interiorizada. Para o autor, a obediência dos indivíduos é exercida fundamentalmente por três meios globais absolutos: o medo, o julgamento e a destruição. Logo, com o colapso das antigas instituições imperialistas, os dispositivos disciplinares tornaram-se menos limitados. As instituições sociais modernas produzem indivíduos sociais muito mais móveis e flexíveis que antes. Essa transição para a sociedade de controle envolve uma subjetividade que não está fixada na individualidade. O indivíduo não pertence a nenhuma identidade e pertence a todas. Mesmo fora do seu local de trabalho, continua a ser intensamente governado pela lógica disciplinar.

Os teóricos do século XX, segundo Foucault (2007), propunham que os sujeitos até então sem serventia se tornassem úteis para o desenvolvimento econômico e social. Logo a ideia é disciplinar todos os indivíduos torna-se estratégia para governá-las, a ideia é “ter domínio sobre o corpo do outro não simplesmente para que façam o se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, 2007, p.119).

Para Foucault (2007) é dessa ideia que vem o conceito de corpos dóceis, modeláveis e moldáveis, não uma prática que se dá pela força ou submissão violentar dos sujeitos, mas uma situação na qual os próprios indivíduos voluntariamente engajam-se e acreditam que é necessário ter disciplina.

É com esse novo conceito de trabalhador criado pelos teóricos e difundido pelo mercado de trabalho, onde o indivíduo está propenso a correr riscos, tem sede de realização e está constantemente motivado a atingir objetivos, que o conceito de empreendedorismo ganha força e destaque no mercado de trabalho e na vida cotidiana. Assim, como coloca Foucault (2007), o indivíduo de forma autônoma busca despender energia, desenvolvendo atividades desafiantes, perfil esse que, segundo a literatura e os meios de comunicação, o empreendedor apresenta e deve apresentar a fim de inovar e crescer no negócio.

Do ponto de vista epistemológico, a realidade socialmente construída pode ser estudada por meio dos eventos concretos com a finalidade de compreender as práticas sociais que levam a eles, de acordo com Fernandes (2019). Desta forma, as pesquisas realizadas sobre o empreendedor não podem ser consideradas isentas, visto que o pesquisador está imerso na realidade que busca entender.

Segundo van Dijk (2001), a pesquisa crítica permite focar em problemas sociais e questões políticas, entendendo seus contextos, o que permite uma visão multidisciplinar, que irá explicar estruturas, em vez de apenas descrevê-las e, mais especificamente, permitindo entender como o discurso se relaciona com o poder na sociedade.

As formações discursivas são entendidas, em uma dada formação ideológica, como o que pode e o que deve ser dito em determinado tempo e espaço (FAIRCLOUGH, 2001). Essas

regiões do que é dizível ou não refletem diferenças ideológicas, isto é, as posições dos sujeitos em lugares sociais representados e desigualmente acessíveis. Examinar as intertextualidades constituídas ou interdiscursividade entre as formações discursivas acerca do empreendedor e do empreendedorismo permite reconhecer as intertextualidades e identificar práticas discursivas que, inseridas em práticas sociais, possibilitaram explicitar as ordens de discursos.

As formações discursivas inserem-se em um contexto que valoriza um tipo específico de empreendedor, empresário ou empregado, que converte seus objetivos individuais e sociais em estratégias organizacionais, levando as demandas das empresas a ditar as prioridades, os valores e princípios que regem as relações de trabalho. Nesse sentido, a primeira convergência identificada nos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo aparece nos objetos discursivos “geração e expansão dos negócios”, “empreendedor-empresário”.

Tais discursos compreendem o empreendedorismo como um fenômeno de massa em que todos podem, por meio deste, realizar-se pessoal e profissionalmente. Todos podem ser empreendedores bastando, para que isso ocorra, duas condições: assumir o indivíduo como alguém autônomo e que possui as características consideradas “adequadas”; e existir um contexto socioeconômico inerentemente de livre mercado. Isso contribui para que o indivíduo seja empreendedor em tempo integral, o que deve ser uma atitude assumida por todos por promover o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico dos países.

A descrição e caracterização do indivíduo empreendedor foi trabalhada por inúmeros autores da administração pública, nota-se que são diversos os traços que caracterizam o empreendedor. Gürol e Atsan (2006) descrevem o empreendedor como indivíduo propenso ao risco, autoconfiante, tolerante às ambiguidades, que busca inovar, tem necessidade de realização e é motivado para atingir o objetivo a que se propõe.

Segundo Pontes (2010) essa necessidade de realização induz o indivíduo a despender energia, desenvolvendo atividades desafiantes, em busca do que acredita, sendo que a alta necessidade de realização é mais fortemente encontrada nos empreendedores. Assim, a alta necessidade de realização, o controle do locus interno e a propensão para correr risco, seriam diferenças relevantes de personalidades dos empreendedores de sucesso, em relação aos não empreendedores.

Diante das adversidades encontradas pelos microempresários para abertura de novos negócios como: falta de crédito bancário, falta de capital de giro, carga tributária elevada, recessão econômica do país, entre outras, o que Pontes (2010) coloca é que aqueles que buscam superar essas dificuldades, demonstram ter coragem, e essa característica confere-lhes, segundo a literatura, o título de herói.

De acordo com Pontes (2010) os heróis são vistos como os líderes primais, aqueles que fundam a organização, ou seus primeiros presidentes, reconhecidos pela força de liderança, pelos seus grandes feitos e seu carisma, para alguém se transformar em um herói é preciso pelo menos possuir uma saga e realizar uma série de feitos que ultrapassam o usual e se diferenciam dos demais, quer seja pela capacidade de vencer obstáculos, quer por ser um grande estrategista, ou competência em estabelecer e atingir metas audaciosas. O herói é sempre um exemplo a ser seguido.

Na visão dos economistas e formuladores de política, o empreendedor é responsável pela criação de renda e estimula o crescimento econômico. Já os comportamentalistas atribuem-lhe incontáveis características positivas, porém, como coloca Pontes (2010), grande parte dos empreendedores são os micro e pequenos empresários, que enfrentam enormes dificuldades no dia-a-dia para desenvolver um negócio, sendo que grande parte desses surgem da necessidade de produção de emprego e renda, como citado anteriormente.

Desse modo, os sujeitos que empreendem, principalmente por necessidade, estão inclusos em um processo de degradação do trabalho, visto que estes se enquadram em um cenário de trabalho sem garantias e direitos estabelecidos. Neste contexto, Oliveira, Mota e Aquino (2016) destacam que o ingresso no setor informal e a atividade empreendedora, aparece como alternativa ao mercado de trabalho formal.

Oliveira, Mota e Aquino (2016) discutem que o discurso do empreendedor de sucesso é diariamente divulgado em palestras, biografias, livros, vídeos e cursos disponíveis em grandes livrarias e principalmente na internet, contudo são raras as informações que trazem as realidades diversas e precarizadas que os trabalhadores encaram quando enfrentam o caminho de empreender.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, o fenômeno do empreendedor ganha destaque em um contexto de precarização do mercado de trabalho, na qual os indivíduos enfrentam um mercado de trabalho competitivo e com escassez de oportunidades, sendo, muitas vezes, o ingresso na atividade individual, informal e empreendedora a única saída de muitos.

Podemos dizer que o processo de financeirização - assim como as políticas de liberalização comercial e financeira verificado a partir das décadas de 1970 e 80 - modificou e modifica o dia a dia dos indivíduos, provocando grandes perdas na geração de postos de trabalho formais assalariadas.

No caso específico do mercado de trabalho brasileiro, após o movimento conjuntural de recuperação dos postos formais, entre 2005 e 2013, verificou-se, a partir de 2014, que a informalidade voltou a aumentar intensivamente, com destaque para 2017, que sofreu clara influência da reforma trabalhista, que tinha como citado anteriormente o objetivo de legalizar práticas irregulares. Apesar do discurso, a reforma trabalhista não alterou as contratações irregulares, que seguiram impermeáveis a esses processos de mudanças, o que refletiu nos índices de trabalhadores sem carteira assinada, por conta própria (com destaque para os sem CNPJ) de 2018 e 2019. Em 2021, com a crise sanitária e econômica gerada pelo coronavírus, a situação da formalidade e da precarização do trabalho cresceram de maneira exponencial.

Ao realizar as análises do Discurso Crítico (ADC), de forma a entender como o argumento criado sobre o empreendedor individual, que o compara a um herói responsável por promover inovações e assim expandir o capitalismo, foi possível concluir que essa visão trabalhada pelos textos de administração e empreendedores de sucesso não traz as diversas realidades enfrentadas por esse tipo de trabalhador, a condição precarizada em que muitos atuam e, como Chang (2013), destaca a necessidade de empreender para sobreviver.

Sendo assim, como coloca Chang (2013), o que torna pobres os países não é a ausência de uma energia empreendedora no nível pessoal, e sim a ausência de tecnologias produtivas e organizações sociais desenvolvidas, especialmente empresas modernas, problemas esses segundo o autor cada vez mais evidentes do microcrédito, empréstimos bem pequenos feitos às pessoas pobres nos países em desenvolvimento com o objetivo declarado de ajudá-las a montar um negócio, que acaba evidenciando as limitações do empreendedorismo individual.

De forma geral o discurso empreendedor, que prega que o agente que empreende é responsável por impulsionar o capitalismo pra frente, casa perfeitamente com a mudança no funcionamento das sociedades, que deixam de lado a disciplina pautada por regras e se transformam em realidade inovadora, flexível e móvel, como coloca Foucault (2007). Essa nova realidade encaixa perfeitamente com as necessidades do capitalismo contemporâneo, na qual os próprios indivíduos voluntariamente engajam-se e acreditam que é necessário ter disciplina, situação essa que camufla a realidade de uma sociedade que sofre com a precarização do trabalho e o aumento do trabalho informal onde o indivíduo não tem direitos e benfeitorias garantidas e é “obrigado” a empreender para sobreviver.

## 7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joana Gomes de. **Práticas sociais face ao desemprego: um estudo sobre a criação do próprio emprego**. 2018. Tese de Doutorado. 00500:: Universidade de Coimbra.

ATTÍLIO, Luccas Assis. Financeirização e acumulação de capital fictício na economia brasileira. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 11, 2018.

BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. **Análise do discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

Beck, U. (1999). *World Risk Society*. Cambridge: Polity Press.

BLOMMAERT, Jan; BULCAEN, Chris. **Critical discourse analysis. Annual review of Anthropology**, v. 29, n. 1, p. 447-466, 2000.

CAMPOS, Adriano; SOEIRO, José. **A falácia do empreendedorismo**. Bertrand editora, 2016.

CHANG, Ha-Joon. **23 coisas que não contaram sobre o capitalismo**. Cultrix, 2013.

COSTA, Alessandra Mello da; BARROS, Denise Franca; MARTINS, Paulo Emílio Matos. A alavanca que move o mundo: o discurso da mídia de negócios sobre o capitalismo empreendedor. **Cadernos Ebape. br**, v. 10, p. 357-375, 2012.

COUTINHO, L.; BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. **Economia e Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 129-154, 1996.

DE ARAÚJO, Iara Soares; BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra. TRABALHO E RENDA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL. **Revista Prâksis**, v. 2, p. 96-111, 2021.

DEVINE, Pat. "The Institutional Context of Entrepreneurial Activity". In DEVINE, Pat e FIKRET, Adanan, Fikret. **Economy and Society - Money, capitalism and transition** London: Black Rose Books, 2002.

EPSTEIN, G. Financialization, rentier interests, and central bank policy. **PERI Conference on Financialization of the World Economy**, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FILGUEIRAS, Vitor. As promessas da reforma trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. **Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade**, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977**, London: Vintage, 1980.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 21ª ed. **Petrópolis: Vozes**, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2007.

GONÇALVES, Carlos Manuel; COIMBRA, Joaquim Luís. Significados e centralidade do trabalho nas sociedades ocidentais contemporâneas: uma abordagem psicológica e histórico social. *Psychologica*, **44**, p. 401-426, 2007.

GUIMARÃES, Cléber Pacheco. **Análise crítica do discurso: reflexões sobre contexto em Van Dijk e Fairclough**. Eutomia, v. 1, n. 09, 2012.

GÜROL, Y.; ATSAN, N. Entrepreneurial characteristics amongst university students: some insights for entrepreneurship education and training in Turkey. *Journal of Education & Training*, Bingley, v. 48, n. 1, 2006.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Edições Loyola, 2005.

KRUGMAN, P. **A Crise de 2008 e a Economia da Depressão**. Elsevier, 2009.

KOVÁCS, I. (2005a). Emprego flexível em Portugal: Alguns resultados de um projecto de investigação. In I. KOVÁCS (Org.), *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades* (pp. 11-53). Oeiras: Celta Editora.

LIMA-SOUZA, E.; MOTA-SANTOS, C.; CARVALHO NETO, A. Reforma trabalhista, revolução digital e violência política: último prego no caixão do trabalho do telejornalista. **O Social em Questão** - Ano XXIV - nº 49 - Jan a Abr/2021.

LORENZI, F. Um herói contemporâneo em Você S/A problematizando a produção do sujeito empreendedor. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.

LÚCIO, C. G. **O novo mundo do trabalho é flexível, precário e inseguro**. Carta Social e do Trabalho, Campinas, n.38, p.1-11, jul./dez. 2018.

MANZANO, Marcelo; CALDEIRA, Christian Duarte. Dinâmica recente do mercado de trabalho brasileiro ainda nos marcos da CLT. **Krein, JD; GIMENEZ, DM; SANTOS, AL Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, São Paulo: Curt Nimuendaju, 2018.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil. **Campinas: Cesit/Unicamp**, 2020.

MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 2, p. 254-270, 2010.

MATOS, Wallas Gomes. *Do pós-guerra à financeirização da economia*, 2015.

OLIVEIRA, Eveline Nogueira Pinheiro de; MOITA, Dimitre Sampaio; AQUINO, Cassio Adriano Braz de. **O empreendedor na era do trabalho precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral**. 2016.

PLIHON, D. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira (A responsabilidade das políticas liberais: um ponto de vista keynesiano). **Economia e Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 85-127, 1996.

PONTES, Diana Santos et al. Ser Empreendedor é ser herói? Uma Análise dos Pequenos Empresários. **Revista Ciências Administrativas**, v. 16, n. 1, 2010.

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in) visíveis da produção capitalista. **Revista outubro**, n. 7, p. 49-60, 2002.

TEIXEIRA, M.; BORSARI, P. Mercado de trabalho no contexto da pandemia: a situação do Brasil até abril de 2020. Campinas: Unicamp; Cesit, 2020.

THOMPSON, John B. **Studies in the Theory of Ideology**. California : Univ of California Press, 1984.

VAN DER ZWAN, N. Making Sense of Financialization. **Socio-Economic Review**, vol. 12, n. 12, pag. 99-129, 2014.

WODAK, Ruth. **What CDA is about—a summary of its history, important concepts and its developments**. Methods of critical discourse analysis. London: Sage, 2001. p. 1-13.

KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo; TEIXEIRA, Marilane; LEMOS, Patrícia. O Trabalho Pós- Reforma Trabalhista (2017). **Campinas: Cesit/Unicamp**, 2021.